

PESQUISADOR É NOME, O QUE PESQUISA É AÇÃO¹ **RESEARCHER IS A NAME, WHO RESEARCHES IS ACTION**

Eduardo Amorim Coelho²

Falar de práticas de pesquisa e ensino em contextos de estágio supervisionado sempre foi uma das pautas que mais me chamaram a atenção, tanto que foram objeto de investigação em minha dissertação de mestrado, e ainda mais no momento atual, em que as investidas contra vozes dissonantes aos interesses governamentais são cada vez mais graves e agressivas (vide a declaração do filho do atual líder do governo, de reinstaurar o Ato Institucional 5 caso aqueles que têm opiniões contrárias às suas intensifiquem suas manifestações). É nesse ponto que a minha fala se concentrará: a ameaça ao pensamento discordante.

Pesquisar é, segundo o dicionário Houaiss, “indagar, investigar, procurar com diligência”. Todo e qualquer sujeito, aluno, professor ou egresso que se coloque diante do mundo e da vida com tal disposição pode ser chamado, de modo genérico, pesquisador. Apesar da nossa preocupação com a situação daqueles que tomam a prática da pesquisa acadêmica por ofício, é também importante que reconheçamos como pesquisadores aqueles que indagam, investigam e procuram com diligência o conhecimento, agindo de modo crítico e reflexivo – objetivo descrito na ementa da disciplina de estágio.

Vieira (1965), em seu Sermão da Sexagésima, diz que não é pregador senão aquele que prega ou semeador senão aquele que semeia, assim também digo: não é pesquisador senão aquele que pesquisa. “Pregador e semeador é nome”, diz ele, “o que semeia e o que prega é ação; e as ações são o que dão ser ao pregador”. De modo semelhante, é o ato de pesquisar que dá vida ao pesquisador. Precisamos, portanto, instigar a pesquisa entre nossos discentes, especialmente em contextos de estágio supervisionado, que são espaços especialmente propícios para tanto, a fim de que estas práticas se reproduzam em outras esferas da atividade docente.

Quando consideramos a função da pesquisa e da prática em estágios supervisionados, entram em cena atores diversos: professores formadores (na Universidade), professores supervisores (na escola-campo) e estudantes (tanto da Universidade quanto os da Educação

¹ Texto apresentado no II Seminário Integrado de Estudos em Língua e Literatura (SIELL), promovido pelo PPGL/PROFLETRAS/UFT, em novembro de 2019.

² Doutor em Ensino de Língua e Literatura (Universidade Federal do Tocantins). Professor de Língua Portuguesa da Secretaria de Educação do Estado do Maranhão – SEDUC/MA. E-mail: <eduamorim.uft@gmail.com>.

Básica). O que é comum a todos é a busca pela construção e partilha de saberes e experiências, de modo crítico, com vistas à melhoria da Educação em todos os contextos e níveis, oportunizando um amadurecimento tanto em termos individuais quanto em termos de grupos e sociedades.

Sobre isso, a título de ilustração de como o objetivo do Estágio Supervisionado é promover questionamentos e reflexões críticas, apresentamos um trecho do PPC de Letras, onde se lê que o objetivo geral da disciplina é “Desenvolver a prática reflexiva através de reflexões sobre estudos teóricos e metodológicos e suas relações com a prática pedagógica nas aulas observadas e ministradas e observar/ analisar criticamente materiais, procedimentos didáticos e metodológicos utilizados no ensino de Língua Inglesa, propondo possíveis alternativas para os problemas identificados”.

Tais objetivos estão, todavia, conforme já sinalizamos, ameaçadas por investidas iniciadas desde há muito, com destaque para os defensores do movimento “Escola Sem Partido”, que buscam fixar, na forma de Lei, tópicos que podem ou não ser abordados em salas de aula, independentemente das circunstâncias (como discussões sobre gênero, políticas públicas ou quaisquer possíveis “temas controversos”). A ideia central do grupo é baseada no movimento “NoIndoctrination.org” (um movimento ultraconservador norte-americano) e incide sobre a liberdade dos professores em romper com práticas mecanizadas de aprendizagem, da educação infantil às universidades.

Não creio que seja necessário ressaltar que tal movimento e outros similares não visam estabelecer uma “neutralidade” nos processos de ensino-aprendizagem (uma ideia inviável em si mesma, dada a impossibilidade de abandonarmos nossas crenças e valores em qualquer atividade que desempenhemos), mas é simbólico registrarmos que seus interesses são justamente o inverso! Qual seja: o de impor as próprias crenças, quase sempre discriminatórias e autoritárias, aos demais.

Se antes a representação de tais propostas, de caráter iminentemente antidemocrático - uma vez que propõe a censura e até mesmo a criminalização da docência questionadora, crítica e transformadora -, ficava reservada a camadas relativamente restritas da sociedade, até a guinada ultraconservadora e reacionária experienciada no Brasil e em diversas outras partes do mundo, cujo maior expoente em nosso país ocupa, hoje, o cargo da presidência, que trouxe grande visibilidade a tais pautas, cujos resultados já podem ser sentidos em toda e qualquer sala de aula no Brasil.

Longe de dizer que já vivemos uma censura em termo estrito, é de grande limitação cognitiva não reconhecer os atos censores que estão ocorrendo com cada vez mais recorrência, como no caso da HQ, cuja capa apresentava um casal de jovens homossexuais se beijando, que foi censurada na Festa Literária Internacional de Paraty (FLIP). No que toca à pauta proposta pela mesa, mais especificamente, é consternadora a descredibilização, não apenas das Universidades (já acusadas pelo atual ministro da educação, cujo nome, a exemplo de seu líder, prefiro me abster de pronunciar, de promover “balbúrdia”), mas a descredibilização do discurso acadêmico em si – especialmente aqueles que questionam os interesses de nossos líderes, como foi o caso do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), no recente e lamentável caso das queimadas em nossa região amazônica.

Não bastasse o “contingenciamento de recursos” – a qual ele buscou (e busca!), sem sucesso, descrever como não sendo uma sinonímia para “corte de verbas” -, houve o ultrajante corte de 5.613 bolsas de pesquisa na pós-graduação. Bolsa que, sabemos todos, é um eufemismo para “subsídio sem quaisquer direitos trabalhistas”, as quais não receberam qualquer reajuste desde 2013, afinal, pesquisar não é um lazer, mas uma profissão. Voltando ao nosso tópico: como podemos ser entusiastas e promotores da pesquisa acadêmica em meio a um cenário tão grave senão por forte obstinação e senso de responsabilidade e resistência? Mais grave: como convencer aqueles que ainda estão no início de suas jornadas acadêmicas (quer seja na educação básica, quer seja na graduação), a serem pesquisadores?!

É impossível pensarmos a pesquisa nas universidades, especialmente em licenciaturas, sem refletirmos sobre a articulação dos elementos que foram sendo introduzidos desde o início dessa fala até agora, quais sejam: o viés totalitário do nosso atual governo; o pensamento partilhado por parcela da sociedade de que a educação atualmente atende aos interesses doutrinários da esquerda, que também é grosseira e indiscriminadamente chamado de “marxismo cultural” (uma espécie de anticristo aos valores daqueles que se dizem conservadores, mas que na verdade são intolerantes reacionários); uma demonização da Academia e de seus produtos (mais especificamente, a informação e o pensamento crítico); os boicotes às instituições e aos estudantes e; por fim, mas justamente o mais importante, a promoção da descredibilização e mesmo da hostilidade contra aqueles cujos discursos não coadunam com os dos líderes do atual governo (em especial as do presidente e seus filhos).

Diante disso, todos e quaisquer cursos de graduação e/ou pós-graduação (como é o caso dos nossos e de inúmeros outros), que, de modo deliberado, implementem esforços no sentido de promover uma educação emancipatória, que estimulem o senso crítico e a reflexão (como

está exemplificado pelo excerto retirado do PPC de Letras) serão imediatamente assumidos como ameaçadores e serão, como já estão sendo, perseguidos e combatidos sempre e como for possível. Os gestores de nossa (agora novamente) “Republiqueta”, querem nossa população tão cega e obediente aos seus comandos quanto eles o são em relação aos Estados Unidos.

O profissional que almejamos formar, de modo a alcançarmos também aqueles por eles formados, é, antes de tudo, um sujeito que reflete e critica. Tempos sombrios para tais aspirações, mas aqui estamos. Todo aluno de graduação comprometido com uma boa formação e que almeje ser um bom professor é, invariavelmente, um pesquisador. Um pesquisador que, embora desvinculado de parte das práticas que constituem aquilo que comumente consideramos pesquisador (enquanto ofício), realizam o gesto fundamental: questionam, estudam e refletem sobre questões que se lhes apresentam ou que elaboram.

Me valerei de um conceito que elaborei em minha tese, tal estudante (que participa das atividades das disciplinas de estágio supervisionado, mas que não está restrito a elas) é o que chamamos de leitor. Quando falamos em leitor, é comum pensarmos em alguém que decifra signos empregados sobre algum suporte (letras e números em papéis, fachadas, telas, etc.), mas não é exatamente a isso que me refiro. É comum encontrarmos pessoas que praticam o ato da leitura, isto é, decodificam os signos, conhecem-lhes os sentidos convencionados, mas que ignoram totalmente o que quer que digam se não lhes for de agrado.

Minhas concepções de leitor e não-leitor (COELHO, 2019) partem das categorias da Sociossemiótica, propostas por Eric Landowski (2014), sobre os regimes de interação. O teórico trata de regimes que vão de um máximo de previsibilidade e segurança, mas carentes de produção de sentidos, a um máximo de imprevisibilidade e risco, mas extremamente fecundos em termos de sentidos. Em minha tese me debruço sobre as práticas de leitura moduladas por cada um dos regimes (programação, manipulação, ajustamento e acidente). Contudo, por hoje, me deterei a tratar do não-leitor (programado) e do leitor reflexivo e sensível (ajustamento).

Leitor, segundo nossa perspectiva, não é simplesmente aquele que performa a leitura, como o sentido mais usual do termo pode fazer supor; mas aquele que, diante de um determinado objeto significante, é capaz de produzir sentidos e, em tal processo, transformar-se, ainda que minimamente. Um exemplo para o tal uso de “minimamente”: se qualquer um de nós lermos, ouvirmos ou virmos algo sobre o nazismo ou o fascismo, não precisamos mudar em nada a nossa opinião sobre o assunto, porém, nos transformaremos ao menos no sentido de passarmos a saber de informações novas, mais profundas ou abrangentes sobre o mesmo, de

seus objetivos, meios e modos de crescimento e operação (e não, a escolha do exemplo não foi aleatória!).

Com efeito, não-leitor seria aquele que, ainda que performe um ato de leitura, permanece o mesmo após realizá-la. Um “leitor” que não busca ou reconhece em um texto senão aquilo que já traz consigo e/ou está disposto a reconhecer pode ser chamado, de fato, de leitor? Alguém que, ainda que incapaz de interpretar o conjunto de sinais que compõem a linguagem escrita, mas que é atento ao que lhe circunda e afeta é alguém que não lê? Passemos a um breve exame de um excerto de *O leitor do trem das 6h27* antes de seguirmos com nossas reflexões.

Brunner passava o tempo disparando suas verdades a quem quisesse ouvi-las: os funcionários eram todos uns esquerdistas preguiçosos, a única utilidade das mulheres era servir o marido, ou seja, ocupar-se da cozinha de dia e engravidar à noite, os *gnoules* (abreviação de *bougnoules*, negros africanos, que ele vomitava mais do que pronunciava) passavam o dia comendo o pão dos franceses. Sem esquecer-se dos cheios de grana, os *RMistes*, beneficiários de programas de inserção social, além dos politiquinhos corruptos, os motoristas barbeiros, os drogados, os veados, os veados drogados, os deficientes, as prostitutas. O sujeito tinha opinião sobre tudo, opiniões formadas que havia muito Guylain tentava não contrariar mais. Durante um tempo, usara a retórica, tentando explicar ao jovem que nada era tão simples, que entre o preto e o branco existia toda uma gama de tons, do cinza mais claro ao mais escuro. Em vão. Guylain acabara se acostumando com a ideia de que Brunner era um idiota irrecuperável. Irrecuperável e perigoso. (DIDIÉRLAURENT, 2015, p. 22)

Brunner, personagem do romance, é um cidadão que, apesar de odiar livros (tanto que ambicionava, profunda e verdadeiramente, a função de operar a máquina que triturava e convertia em pasta aquosa os livros destinados à reciclagem de papel), tinha opinião formada sobre tudo, pode se assemelhar em muito com os (não) leitores que nossos atuais governantes lideram e os quais pretendem multiplicar por meio das diversas ações que têm empreendido. Guylain, um leitor (ainda que não aquele idealizado, que dedica os momentos de ócio e absoluto isolamento para se comprazer com textos pelo simples fato de neles encontrar um deleite sublime), mas um leitor cotidiano, que lê no trajeto para o trabalho, proletário e cansado de combater os obtusos incorrigíveis, é o leitor que se almeja como um convertido. Nós, atuais ou futuros professores, pesquisadores e estudantes, que encontramos na leitura ofício e fim, estamos entre os indesejáveis, quando não os inimigos.

Poderíamos ficar uma vida falando de leitores, de seus motivos, meios e fins para a leitura, mas o tempo é pouco e a pauta é grave e específica. Falaremos, então, ainda que de modo breve, dos não-leitores. Dividi os não-leitores em dois subgrupos: aqueles que chamarei aqui de “não-leitores ensimesmados” e “não-leitores censores”.

Os primeiros são aqueles que, conforme já antecipei, são como Brunner e se consideram prontos e acabados, detentores de todas as respostas (mesmo para perguntas ainda não

elaboradas), irredutíveis em suas crenças e valores, corretos em suas ações e preceitos, prontos a se aproximarem a quem ou o que quer que seja que se lhes apresente como reafirmação de suas convicções. Textos e discussões que não coadunem com aquilo que trazem consigo são ameaças gravíssimas a que tais sujeitos continuem a ser quem são, que devem ser evitadas e combatidas em tudo enquanto for possível, sob o risco da destruição, ruína e dano eterna.

Os últimos são aqueles que, além de reunir todas as características presentes nos não-leitores ensimesmados, almejam, para além de garantir a continuidade e até a perenidade daquilo que creem ser e representar, impor seus modos de vida, crenças e valores aos demais, sem qualquer abertura ou lugar para dissidentes. Diferentemente do ensimesmado, o não-leitor censor, afeito à intransigência autoritária, não apenas visa continuar a ser quem é, mas a garantir a conversão de todo e qualquer sujeito que puder alcançar (mesmo que para isso precise recorrer à violência, como o fazem certos filhotes de leão de zoológico, que chegam a cogitar o retorno da abjeção que foi o AI-5), a despeito de tudo o que possa simbolizar ética ou empatia.

Feita essa breve e superficial digressão por algumas das reflexões apresentadas em minha tese, podemos finalmente caminhar rumo ao que realmente quero tratar: o conjunto de ações do governo em relação às universidades públicas e aos pesquisadores que nelas atuam, sob o argumento de que são ideologicamente contaminadas (como se fôssemos doentes em sentido denotativo, a ponto de nos evitarem, denegrirem e combaterem sob o risco de destruição daquilo que são e representam), fica claro que podem ser caracterizados como não-leitores censores, e que seus apoiadores são não-leitores ensimesmados. Não importando os absurdos e a gravidade de declarações oficiais, as denúncias de inconstitucionalidades e até mesmo de conivência/prática de crimes, os ensimesmados ignoram tudo aquilo que não condiga com aquilo que já trazem consigo, repetindo argumentos (que se convertem em jargões devido a recorrência), mesmo que em nada se apliquem a qualquer que seja o contexto em questão.

O estudante (de educação básica, graduação ou pós-graduação) que se embrenhe pelas veredas da leitura no molde como propomos, ou seja, da observação atenta e crítica daquilo que os circunda ou afeta, levantam questionamentos, observam, comparam, refletem e, portanto, ao menos naquilo que é fundamental, podem ser considerados pesquisadores, é uma ameaça aos intentos dos nossos atuais líderes. Qualquer instituição, como essa que abriga o presente encontro, que não apenas estimule, mas que propicie que tais sujeitos adentrem ou vislumbrem os meandros do saber e dos modos de saber é, portanto, inimiga, passível de provocações, críticas, sabotagens e mesmo violência por parte dos censores.

Quando refletimos sobre os “desafios da prática e da pesquisa nos estágios supervisionados em Letras”, tema da mesa aqui presente, me parece importante, senão fundamental, que reconhecemos a pesquisa e a docência como um ato transformador (ainda que minimamente) de percepções e conhecimentos sobre o que quer que seja. Formar leitores, formar pesquisadores, formar sujeitos é, nos termos que propusemos, formar LEITORES: de si, do outro, das relações, do mundo. Pesquisar é buscar dar sentido àquilo que ainda não foi total ou suficientemente interpelado e/ou respondido. Pesquisar no estágio é recolher os saberes já disponíveis e elaborar saberes ainda não disponíveis.

Todos os recursos dos censores estão sendo, e continuarão a ser, investidos contra nós, que almejamos, retomando o PPC, “desenvolver a prática reflexiva”, ou seja, não apenas refletir, mas agir enquanto refletimos e refletir enquanto agimos. É necessário que não paremos de questionar, de investigar e de dar nossos pareceres sobre aquilo que nos dedicamos estudar. Nesse sentido, a pesquisa no estágio supervisionado não está restrita aos professores formadores ou aos bolsistas de iniciação científica. Pelo contrário, a pesquisa deve ser prática fundamental de todo e qualquer graduando, e de comunidades escolares atingidas por nossas disciplinas de estágio supervisionado (professores colaboradores, estudantes e respectivos responsáveis, gestores, etc.). Não haverá bolsas, incentivos ou apoio à pesquisa, pelo contrário. Pesquisar e praticar no estágio supervisionado sempre foi, é e será, ainda mais, um ato de rebeldia e insubordinação às ideias preconcebidas, às respostas fáceis e dadas, ao autoritarismo e à intolerância.

Referências

COELHO, E. A. *(Trans)Formação de práticas de leitura: o leitor, a escola e o mundo*. Tese de Doutorado em Ensino de Língua e Literatura, Universidade Federal do Tocantins (UFT), Araguaína, 2019.

DIDIERLAURENT, J-P. *O leitor do trem das 6h27*. Trad. Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

LANDOWSKI, E. *As interações arriscadas*. Trad. Luiza Helena O. da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores/ CPS, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. *Projeto pedagógico do curso de letras*. Araguaína: Universidade Federal do Tocantins, 2009. Disponível em: <<https://docs.uft.edu.br/share/s/w3vdp6k6TC2inGrX2t7pCw>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

VIEIRA, A. Sermão da Sexagésima. *Sermões escolhidos*. São Paulo: Edameris, v. 2, 1965.

Aceito em 16 de novembro de 2019.